

Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental

Eunice Sueli Nodari

Resumo

O artigo discute aspectos da história ambiental tendo como cenário as florestas do oeste de Santa Catarina. A migração de descendentes de italianos e alemães, oriundos do Rio Grande do Sul no século XX provocou alterações profundas na paisagem, onde as florestas sucumbiram abrindo lugar à agricultura. A ação das companhias colonizadoras está diretamente ligada a esse processo, pois trouxeram consigo as serrarias, que visavam principalmente a lucros, sem preocupações com reflorestamento. Hoje resta muito pouco das florestas de araucária e da estacional decidual, e o nosso compromisso como historiadores é o de escrever esta história, de que a natureza não é um bem infinito e precisa ser preservada.

Palavras-chave: Florestas de araucária. Migração. Paisagem.

Somente colocando a natureza em nosso passado oficial podemos, potencialmente, garantir a sua posição substancialmente alterada no nosso presente e futuro.¹

No meio daquela floresta selvática e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o homem o abandono em que se encontra, tão longe dos recursos da civilização, para os quais não lhe é possível apelar.²

Introdução

Se essas duas citações aparecessem lado a lado na década de 1950, não teriam sentido algum para a história: a primeira seria uma simples constatação de alguém preocupado com o meio ambiente (o historiador ambiental Shawn Willian Miller); a segunda passaria como uma observação feita por alguém que visitou o oeste de Santa Catarina quando a região era pra-

* Doutora em História; professora Associada, Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: eunice@cfh.ufsc.br

ticamente coberta de florestas, o que realmente aconteceu, pois Arthur F. da Costa, seu autor, acompanhou a comitiva do então governador Adolfo Konder no ano de 1929, publicando depois o seu relato de viagem.

Esses olhares hoje se enquadram no que denominamos de “história ambiental”. Sem dúvida, quando historiadores começaram a trabalhar segundo esse viés, foram criticados por colegas, que afirmavam ser mais um modismo que estava surgindo e que, como tal, teria vida curta. O decorrer dos anos mostrou que não era bem assim: as discussões e problemas constantes no meio ambiente ajudaram a mantê-la em pé, assim como a persistência dos historiadores em avançar. Mas o que é esta história ambiental?

Tal denominação pode sugerir uma história do ambiente, do “mundo natural”, ou, ainda, uma genealogia dos problemas ambientais contemporâneos. Donald Worster, um dos pioneiros da história ambiental do mundo, descreve-a como um campo historiográfico que abrange “uma grande variedade de assuntos”, agrupados em três níveis básicos: o primeiro abrange “o entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado”, incluindo os aspectos orgânicos e inorgânicos do meio ambiente. No segundo nível entramos na discussão socioeconômica, dos diversos modos como os povos utilizaram os recursos naturais, inserindo-se também a discussão mais política de tomadas de decisões; por fim, no terceiro nível tem-se um tipo de “interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual”, como as percepções, mitos, leis

e valores éticos que indivíduos e sociedades estabeleceram com a natureza.³

Outro autor que auxilia nas questões teóricas da história ambiental é John R. McNeill, que em seu artigo “Observations on the nature and culture of environmental history”⁴ faz uma análise sobre o estado da arte da história ambiental no mundo, afirmando que muito ainda está para ser feito. Sem dúvida, desde 2003, época da sua pesquisa, muito mais já foi produzido, sendo o Brasil um exemplo. O autor reconhece que muitos trabalhos estão em andamento e que a história ambiental se estabeleceu com sucesso como um campo legítimo dentro da profissão de historiador, tendo à frente um futuro brilhante.

McNeill divide a história ambiental em três variedades principais, bastante semelhantes às mencionadas por Donald Worster. A primeira tem um enfoque material. A história ambiental material preocupa-se com as mudanças ambientais físicas e biológicas e como estas afetam as sociedades humanas; enfatiza os aspectos econômicos e tecnológicos das questões humanas. Outra variedade é a cultural/intelectual, que, em contraste com a anterior, enfatiza as representações e imagens da natureza nas artes e literatura, como estas têm se modificado e o que revelam sobre as pessoas e as sociedades que as produzem. Já a terceira variedade tem o viés da política, considerando como as leis e políticas estatais são relacionadas ao mundo natural. O autor também afirma que os historiadores ambientais tendem a se sentir mais confortáveis em uma ou outra dessas variedades, apesar de alguns estarem dis-

postos e serem capazes de trabalhar com todas simultaneamente.

Shawn William Miller, que, assim como McNeill, tem trabalhos sobre o Brasil, em sua obra *An environmental history of Latin America* comenta que “nós continuamos a pensar a respeito da nossa história tal como pensavam os nossos conquistadores, uma série de eventos culturais que parecem ocorrer independentes inteiramente da natureza”.⁵ Para o autor, a história sem a discussão da natureza não é somente prepotente: é imprecisa, imprevidente e potencialmente arriscada para a história da espécie humana.

Miller afirma que uma das tarefas da história é expandir a memória humana para além de uma geração. Utilizando o aspecto geracional e de memória, comenta que são poucas as pessoas que têm vivido mais do que um século; além disso, dificilmente podemos descrever como era a paisagem na época do nosso nascimento. Pelo fato de uma transformação rápida das paisagens em todas as partes do mundo, aliado ao de que uma boa parte da população se tornou migrante, indo de um local a outro em busca de uma vida melhor, poucos conseguem imaginar como era a paisagem do local que, atualmente, chamavam de “lar vinte anos atrás”.⁶

Para Miller, um dos objetivos da história ambiental é recuperar de certo modo o que havia sido perdido e torná-lo precioso à nossa consciência histórica. Concordamos com Miller, pois sabemos que esse é um processo gradativo, que por muito tempo foi ignorado por grande parte dos historiadores. Dessa forma, ao trabalharmos

com pesquisas sobre a história do desmatamento das florestas, em virtude da ocupação dos espaços pelos imigrantes e seus descendentes, temos como entendimento que é uma história que estende seus limites para além das instituições humanas –, ou seja, econômicas, de classe e de gênero, de organizações políticas, de rituais culturais – aos ecossistemas naturais que fornecem o contexto para essas instituições.⁷

Temos de prestar atenção ao fato de que povos diferentes escolheram formas distintas de interagir com o ambiente circundante e que suas escolhas têm ramificações não somente na comunidade humana, mas também no ecossistema maior. Ao escrever uma história de tais relações, trazemos ao palco principal um conjunto de personagens não humanos, que, geralmente, ocupam, quando muito, as margens da análise histórica. Assim, ao trabalharmos com a ocupação do espaço no oeste de Santa Catarina através da colonização, temos de ter a preocupação de avaliar como ocorreram as mudanças na paisagem com a introdução de grupos humanos distintos dos antigos habitantes, visto que uma floresta, até então densa, transforma-se gradativamente em pequenos fragmentos, pois cede espaço tanto à agricultura de subsistência como à monocultura do trigo e soja, ou a campos de pastagens.

Da exuberância à devastação: as florestas do sul do Brasil

A pesquisa sobre florestas, desmatamento, devastação e preservação é o nosso maior campo de trabalho, tanto em proje-

tos quanto em orientações de mestrado e doutorado. Utilizamos diferentes aportes teóricos, como os já citados e trabalhados acima, além de inúmeros outros que podem ser observados nas referências bibliográficas.⁸ A obra de Warren Dean *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira* é importante para quem trabalha com o tema florestas, pois o autor faz um levantamento sobre o tema desde 1500 até os nossos dias. O livro, sem dúvida, é alarmista em vários aspectos, mas tem inúmeros méritos, e talvez o mais importante seja que o seu autor tenha sido o primeiro historiador ambiental a alertar para os problemas que ocorriam e ocorrem em relação à devastação da mata Atlântica, servindo de referencial para quem trabalha com o tema. Para nós a sua obra tem sido de grande importância, mesmo que não abranja a região Sul com mais dados.

Para Regina Horta, “a perspectiva do homem unicamente como um elemento destruidor acaba por sintonizar-se à arraigada oposição entre a sociedade e a natureza, na qual o homem para criar a cultura, afasta-se do meio natural, usando os seus recursos como uma espécie de armazém”.⁹ Para Miller, citado por Regina Horta Duarte, “construir uma história de mão dupla implica necessariamente na consideração do fato que, para aqueles colonos, a questão não era a da destruição da floresta, mas a de sua utilização”.¹⁰ O autor está se referindo ao período do Brasil Colônia.

Agora, quando tratamos do século XX, temos um outro grupo que atua com muita força ao lado dos colonos, composto pelas madeireiras: estas sim, mesmo que

estejam com o espírito de utilização, pela retirada em grande escala que fazem de madeira, provocam destruição. Miller deixa claro que não podemos trabalhar com a concepção de devastação atual baseada nos nossos valores e termos do ambientalismo atual. O alerta do autor sempre esteve presente nas nossas pesquisas, pois os valores, conceitos, concepções e práticas socioculturais são distintos em diferentes momentos da história e variam de região para região.

A região Oeste de Santa Catarina até o final do século XIX e início do século XX era coberta por duas formações florestais: a floresta estacional decidual (FED) e a floresta ombrófila mista (FOM) ou floresta da araucária. A exuberância das florestas pode ser observada na afirmação abaixo, feita em 1929 por ocasião da visita do governador de Santa Catarina ao oeste.

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada. Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobriga um pedaço de céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento.¹¹

A floresta estacional decidual, anteriormente denominada de “floresta subtropical do rio Uruguai”, conhecida pelos colonizadores como a “mata branca”, em oposição à “mata preta” (FOM), onde há a ocorrência de pinhais, compreende uma

superfície aproximada de 47.000 km².¹² Estende-se ao longo do curso médio e superior do rio Uruguai, em altitude mínima de 200 m, e subindo seus múltiplos afluentes, até uma altitude de 600 a 800 m. Esta região entra em contato com as matas dos pinhais no oeste do Planalto Ocidental Catarinense, extremo norte do Rio Grande do Sul, estendendo-se para o leste dos vales formados pelo rio Uruguai até aproximadamente o entroncamento dos rios Pelotas e Canoas. A FED apresenta várias descon continuidades subtropicais situadas na vertente sudeste do Planalto das Araucárias, sobretudo nos divisores de grandes rios, como Peperi-guaçú e Rio das Antas, onde a largura da abrangência chega nos limites máximos de até 50 km, e nos divisores do rios Chapecó e Irani, onde a largura se restringe a um cordão marginal de apenas 2 a 3 km.

A floresta do alto Uruguai, assim designada por Rambo e por Klein, constitui um prolongamento da pujante floresta do rio Paraná, vindo através da Província de Misiones, República da Argentina, uma vez que é separada das matas do vale do rio Iguazu pelos bosques de pinhais, que se estendem ao longo das serras da Fartura e de Capanema, até a Província de Misiones, “perfazendo ao mesmo tempo a vegetação típica que ocupa as faixas dos divisores das águas dos rios Uruguai e Iguazu”.¹³

Supõe-se que, até a metade do século XX, a abundante oferta de espécies madeiráveis fez com que fossem desprezadas as espécies na época menos valiosas. Porém, como os estoques florestais das espécies de

maior valor foram fortemente reduzidos e houve progressiva demanda por madeira, as espécies de menor importância para a primeira fase foram paulatinamente valorizadas. Estima-se que a FED seja um dos ecossistemas mais devastados do Brasil, com a agravante de que no estado de Santa Catarina não existe nenhuma reserva legal desta tipologia. Levantamentos recentes indicaram que restam dela menos de 3%, na forma de fragmentos de tamanho muito reduzido e com constantes pressões antrópicas que ameaçam a total destruição desses remanescentes. A derrubada da mata pelo machado, seguida de queimadas, e a introdução indiscriminada do uso da motosserra, aliadas à falta de conscientização por parte das pessoas, foram as principais responsáveis pela situação reinante.¹⁴

Originalmente, a floresta ombrófila mista – floresta da araucária – era a floresta mais rica em volume madeirável, de acordo com os levantamentos feitos pelo projeto Radambrasil. Nos remanescentes florestais da região de Caçador encontrou-se uma média de 516 m³/ha de madeira, sendo que 428 m³/ha eram de pinheiros (*Araucaria angustifolia*) com diâmetro acima de 25 cm e 60 m³/ha de imbuías (*Ocotea porosa*).¹⁵

A FOM teve condição de estender-se pelos três estados do sul do país, numa superfície de aproximadamente 175.000 km², ocupando os mais diferentes tipos de relevos, de solos e de litologias, geralmente em atitudes maiores que 23^o, latitudes superiores a 500 m e em situações afastadas das influências marítimas.¹⁶

No estado de Santa Catarina, a cobertura florestal original representava 81,5% da área do estado. Conforme dados do IBGE, a floresta ombrófila mista ocupava 43,7%; a floresta ombrófila densa, 27,4%, e a floresta estacional decidual, 10,4% da área do estado.

A busca de opções: colonos e florestas

As empresas colonizadoras, pertencentes, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul, tornaram-se as principais responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do oeste de Santa Catarina. Competia-lhes pôr em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos, que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região de forma ordeira.

A escolha das colonizadoras para o colono ideal recaiu sobre os teutos e ítalos brasileiros estabelecidos no Rio Grande do Sul, os quais já estavam acostumados ao padrão de pequenas e médias propriedades, mesmo modelo utilizado para o oeste. Assim, os descendentes de alemães e italianos, ao optarem pela migração para o oeste de Santa Catarina, acreditavam que poderiam recriar as suas práticas socio-culturais, ideia que era passada pelas próprias colonizadoras. A forma mais eficiente para alcançar o sucesso pretendido era a montagem de um esquema de publicidade e de recrutamento nas principais colônias do Rio Grande do Sul com condições de fa-

zer frente à concorrência entre as diferentes colonizadoras.¹⁷

Uma das táticas de publicidade estava diretamente relacionada às florestas, que eram exaltadas e usadas como chamariz para os colonos, despertando o seu imaginário, muitas vezes bem distinto da realidade que encontravam ao aportar nas novas terras. Como exemplo, temos correspondências enviadas, inclusive para o exterior, pelo colonizador Ernesto Francisco Bertaso, nas quais descrevia a região pertencente a sua colonizadora no intuito de atrair novos moradores para o oeste de Santa Catarina:

Ali existe densa floresta com cedros, louros e outras madeiras preciosas, que são comercializadas por compradores generosos e transportados para Argentina. A propriedade tem poucos morros...; 20% de terra possui pinheiros e herba-mate, mas serve para cultivo de outras plantas também, menos cana-de-açúcar – tendo 30% de produtividade a menos. Desses bosques exporta-se madeira para Argentina; produz-se ainda herba-mate que tem resultados excelentes.¹⁸

Os livros de memória escritos pelos primeiros migrantes estabelecidas na região nos auxiliam a perceber o que encontraram e como avaliavam a relação com a floresta. Maria Rohde, que, juntamente com a sua família, se estabeleceu em Porto Novo, atual Itapiranga, descreve claramente o que significava a floresta:

Nos meses de inverno enxergava-se por toda a parte os colonos descobrindo suas grandes toras de madeira aproveitável [madeira-de-lei] para que dispusessem de madeira para as futuras e melhores moradias, ampliações dos currais, pos-

tes de cerca para potreiro, etc. Muitas árvores de madeira nobre apareciam, e revelavam seu valor. Quanto mais fundo se penetrava no mato, tanto mais se evidenciava a monstruosa riqueza desta zona. Infelizmente as preciosas madeiras aproveitáveis, como Cedro e Louro, dos terrenos localizados à ribeira, foram amplamente roubadas.¹⁹

A obra de Maria Rohde também ajuda a entender a evolução de uma das áreas que faziam parte da floresta decidual:

Atualmente a colônia conduz seu próprio comércio de madeiras. Como a região já está colonizada até sua última fronteira e cultivada, aparece também a monstruosa riqueza de madeiras desta floresta. Muitos colonos hoje, depois de terem construído sua moradia, instalações e galpões com madeiras tiradas de sua terra, podem ainda vender belas toras e conseguir com isso um bom dinheiro extra. Em toda parte na floresta trabalha-se “na madeira”. Ao lado das estradas das margens dos rios vêem-se muitas pilhas grandes de toras com enormes circunferências prontas para serem amarradas e ajuntadas em balsas. Com cada cheia do rio estas belas toras saídas das próprias florestas seguem em gigantescas balsas em direção de Argentina.²⁰

Para muitos colonos, num primeiro momento as florestas eram vistas como um empecilho que deveria ser removido para a construção das casas e o cultivo das lavouras. Nas memórias escritas por Paulo Ramminger, um dos primeiros habitantes da colônia Porto Feliz (atual Mondai), a sua constatação é inequívoca:

No dia seguinte iríamos inspecionar nossa terra na Linha Barra Escondida. Toda a família seguia pela picada, rio abaixo,

até chegarmos a um riacho que atravessamos passando sobre o tronco de árvore que alcançava de uma margem à outra. No outro lado ficavam nossos dois lotes coloniais, com uma pequena parte de mato já derrubado, mas onde a capoeira já crescera novamente. Descansamos em cima de um tronco de árvore no meio da selva e ainda hoje vejo a imagem de minha mãe que, encarando a mata virgem, não resistiu às lágrimas. Nunca esquecerei esta imagem. Ela certamente pressentiu o que iríamos sofrer até alcançar um razoável bem-estar.²¹

O colono Adolfo Aloísio Ternus, natural de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, que migrou para linha Aparecida, distrito de Itapiranga, em 1944, também aponta como principal dificuldade da colonização a derrubada de mato, que era feita de forma manual. Ele relaciona como espécies de madeira na região “o angico, a grápia, a canafístula, o guatambu, a guajuvira, a bicheira, o brejo e o louro, salientando que os três últimos são os mais frequentes na região, enquanto o louro foi o mais procurado, sendo 50 cm o diâmetro mínimo para exploração da madeira”.²²

As empresas madeireiras como parte do processo de colonização

A derrubada das matas já fazia parte do processo de colonização, uma vez que, junto com os colonos, rapidamente foram instaladas serrarias, geralmente pertencentes a pessoas ou grupos que já tinham atuado no ramo madeireiro no Rio Grande do Sul. A exportação de madeiras para a

Argentina já acontecia no Rio Grande do Sul há muito tempo; logo, as portas já estavam abertas. Era um objetivo colocado desde o início pelas empresas colonizadoras quando se estabeleceram na região, pois, sabendo que parte dos seus lucros viria do aproveitamento das riquezas florestais, montaram serrarias, abriram estradas e organizaram o transporte das madeiras. A Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso subdividiu-se em uma série de empresas menores: serrarias, olarias, cooperativas madeireiras. Já na empresa colonizadora Chapecó-Peperi Ltda., os sócios eram, em sua maioria, proprietários de serrarias.²³ As colonizadoras deixavam explícitas nos contratos de compra e venda assinados pelos colonos as cláusulas que evidenciavam a atenção dada à exploração madeireira:

O comprador fica obrigado de morar nas terras contratadas, plantar, conservar limpas as plantações e construir casa, podendo tirar somente tanta madeira das terras contratadas, que necessária for para suas benfeitorias, porém não pode vender madeira de forma alguma antes de ter completado todos os pagamentos, salvo um novo arranjo com a Cia. Territorial Sul Brasil.²⁴

Mesmo em 1976, quando a situação financeira da Companhia Territorial Sul Brasil estava bastante comprometida e se buscava uma maior diversificação das atividades, a empresa continuava a exigir dos compradores nos contratos: “Todas as madeiras aproveitáveis para serragem eventualmente existentes no imóvel [...] qualquer que seja seu número, que os retirará, por si ou por terceiros de sua indicação, e quando julgar conveniente.”²⁵ Mas, fre-

quentemente, a colonizadora mencionava, nos dados e confrontações para escritura pública entregues ao cartório, apenas as madeiras que mais lhe interessavam. Assim, por exemplo, o agricultor Wilmo de Marchi, morador em Campo Erê e comprador de um lote colonial no mesmo município, comprometia-se a respeitar, além das “cláusulas de costume”, a “reserva para a Cia. dos pinheiros, cedros e louros existentes”.²⁶

A atividade madeireira teve papel essencial na vida econômica das colonizadoras, principalmente quando havia retração na venda de lotes, constituindo-se em fonte de renda. Uma das formas de contornar a crise econômica era a extração e venda das madeiras. A Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul (Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul), responsável pela colonização de Porto Novo/Itapiranga, é um exemplo:

Devido à paralisação de muitos anos da imigração durante o período da guerra, a situação financeira da empresa era extremamente crítica, porque a escassa venda de terras quase não trazia nenhum recurso, as despesas da administração, e, sobretudo os juros, se apresentavam cada vez mais altos e junto dos modestos experimentos anteriores não geraram bons resultados, assim ocorreu que a administração da colônia, por iniciativa da direção da caixa central da Volksverein, decidiu somente continuar vendendo (temporariamente) terras sobre as quais se encontravam troncos de cedros exportáveis e, num comércio de madeiras, exportar estas toras para a Argentina, para com este produto administrar, pelo menos em parte, a necessidade financeira da empresa.²⁷

A citação transcrita, assim como outras fontes, confirma a hipótese de que as colonizadoras tinham como objetivo não somente a promoção da colonização, participando de forma indireta na devastação das florestas dessa região, mas atuaram diretamente no processo, como empresas de extração madeireira, ou mesmo com a venda de áreas a empresas relacionadas à madeira, como se observa na notícia abaixo veiculada num periódico da região:

Agora, depois de realizados os estudos preliminares, capitalistas gaúchos, sócios da Sociedade Vinícola Rio-grandense, adquiriram da Empresa Colonizadora Ângelo de Carli e Cia., com sede nesta cidade, uma área de cem milhões de metros quadrados de terras, no distrito de Iraní, com cerca de 200.000 pinheiros, com o fim especial de ali instalar uma fábrica de celulose. O capital inicial da nova empresa é de 4.500.000\$000, podendo produzir, segundo os cálculos precedidos, cerca de 10 toneladas de celulose por dia, o que representa enorme valor para a nossa economia [...].²⁸

Ou ainda, de forma mais clara, na correspondência enviada pelo proprietário da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso no final da década de 1920 a Alberto Berthier de Almeida, na qual descreve as propriedades que pretendia vender, fazendo referências explícitas à exploração florestal:

Como o Amigo conhece de sobra as minhas propriedades aqui em Chapecó e sabe mais ou menos a quantidade de pinheiros, cedros e mais madeiras de lei existentes, dando perfeitamente para uma empresa poderosa trabalhar muitos anos, montando diversos engenhos para a

extração do pinhal e explorando os cedros e mais madeiras. Além disso, tenho os cedros e as madeiras existentes não só aqui nas imediações da sede, como também à margem dos rios Chapecó e Irani, que são matas quase que completamente virgens, tendo mais a facilidade da descida pelos rios acima referidos.²⁹

Competia ao governo em todos os níveis – federal, estadual e municipal – a preocupação com a preservação das florestas. Entretanto, no afã de garantir as terras para o solo brasileiro, fazia uso de todo tipo de favorecimento às empresas colonizadoras, mesmo que para isso precisasse presentear a particulares uma riqueza que não tinha condição de ser avaliada. Um dos “incentivos” mais conhecidos da história de Santa Catarina foi a concessão à Brazil Railway Company de 15 km de cada lado das terras de florestas “virgens” às margens da sinuosa ferrovia que esta construiu.³⁰ Em relação ao município de Chapecó, que até a década de 1950 abrangia a mesma área desde a sua criação, mais de 60% da área total do Oeste do estado, foi promulgada uma lei vital para as empresas colonizadoras em 23 de agosto de 1951:

Eu, Dr. José de Miranda Ramos, Prefeito Municipal de Chapecó... Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1. – Ficam isentos de pagamento do imposto Territorial Urbano, todos os lotes, e do Imposto de Exploração Agrícola e Industrial, as chácaras situadas nos povoados, sedes dos distritos e do município e que pertençam a empresas Colonizadoras devidamente legalizadas de acordo com as leis Federais, Estaduais e Municipais [...].³¹

Esse tipo de favorecimento, considerado frequentemente como incentivo ao desenvolvimento, deixou o caminho aberto para que as empresas pudessem devastar o oeste catarinense. Diante do quadro de desmatamento crescente no estado, foi decretada em 1938 pelo interventor federal no estado Nereu Ramos uma lei “para defesa do patrimônio florestal”. A lei obrigava o replantio de todas as árvores abatidas de valor econômico, como imbuia, canela, pinho, cedro, peroba, óleo vermelho e araribá. Além disso, as empresas colonizadoras estavam obrigadas, segundo o art. 8, a manter viveiros de mudas para o replantio. Apesar de a lei parecer rigorosa, não teve efeito prático, e a devastação continuou acelerada em todo o estado de Santa Catarina. De acordo com o Guia do Estado de Santa Catarina de 1940:

Santa Catarina tem na extração de madeiras, um dos maiores sustentáculos de sua economia. No Brasil, aliás, nosso Estado ocupa o primeiro lugar relativamente a exportação de madeiras para o exterior. Mais da metade da madeira nacional encaminhada para países europeus procede de Santa Catarina [...].

Apesar das incessantes derrubadas, encontram-se ainda nestes municípios, extensas áreas inatingidas, notadamente de Pinho do Brasil (araucária brasileira) [...].

Foram nossos principais compradores a Argentina que absorveu cerca de 90% do total para o exterior, Alemanha e União Sul Africana.³²

Outra tentativa de controle e de proteção à classe madeireira e, principalmente, à economia brasileira foi feita por intermédio do Instituto Nacional do Pinho, cuja

criação se deu pelo decreto-lei n. 3.124, de 19 de março de 1941, que definiu:

Art. 1º - Fica criado o Instituto Nacional do Pinho, órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, com sede na Capital da República, administrativa e financeiramente autônomo.

Parágrafo único. Serão representados no Instituto, os Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Apesar de diversas tentativas de controle do uso dos recursos naturais por parte de órgãos governamentais, a fala do senhor Romeu Scirea, antigo habitante da região, é emblemática nesse sentido:

Naquele tempo havia o Instituto Nacional do Pinho, que restringia um pouco o corte dos pinheiros, mas ninguém obedecia. Havia uma obrigação de fazer replantio dos pinheiros. Ninguém fazia. E a ganância, a nossa ganância, a ganância do povo, era quanto mais pinheiro no chão, mais dinheiro. E hoje estamos sentindo a escassez da madeira nessa região.³³

Em notícia veiculada no periódico *A Voz de Chapecó*, anunciando a passagem do inspetor do Departamento Florestal do Reflorestamento, auxiliar do Instituto Nacional do Pinho, o repórter reafirmava denúncias feitas anteriormente sobre o desmatamento e garantia: “Reflorestamento só existe no papel, na palavra oca e vazia dos jornais e nas folhas de pagamentos de vencimentos e outras despesas improdutivas.”³⁴

Com o novo Código Florestal do final da década de 1960, as empresas colonizadoras iniciaram projetos de reflorestamento com espécies exóticas, a fim de prosseguir

os negócios com atividades madeireiras, já que a nova legislação era mais efetiva no que dizia respeito ao corte de mata nativa, e também em face do esgotamento de grande parte das florestas da região.

Os madeireiros da região do vale do Uruguai de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para proteger seus interesses, fundaram em 1941 a Sociedade Madeireira Xapecoense Limitada, que em 1945 congregava 64 sócios de 90 serrarias. A notícia da fundação mostra os motivos da fundação e os seus objetivos:

Fundou-se nesta cidade, no dia sete do corrente, uma sociedade dos madeireiros deste município e dos municípios vizinhos ao nosso, no Estado do Rio Grande do Sul. A sociedade, que tomou o nome de Sociedade Madeireira Xapecoense Limitada, terá por objetivo reunir todos os exportadores da região para em esforço conjunto, procurarem a defesa da classe, empenho mútuo e melhoria dos preços nos mercados consumidores. Já se acham organizados e aprovados os estatutos e eleita a diretoria que regerá os destinos da sociedade.³⁵

A mesma notícia apresenta os proprietários de serrarias existentes na época, tendo como diretor Serafim E. Bertaso, filho de Ernesto F. Bertaso, empresário colonizador e madeireiro, como já mencionado anteriormente.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Nacional do Pinho, em 1952 o estado de Santa Catarina tinha 984 serrarias de exportação de pinho e mista e 14 serrarias de consumo local de pinho e mista.³⁶ Com essas estatísticas oficiais, notamos a desproporção entre o número de serrarias que vendiam madeiras para o mercado interno (14-1,402%) e de ser-

rarias que exportavam (984-98,598%) em Santa Catarina.

Em 9 de setembro de 1944, foi criada a Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda. por madeireiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em 1948, 80% das serrarias do município de Chapecó eram associadas e 101 serrarias, filiadas. A análise de um dos relatórios da cooperativa demonstra que a exportação de pinho serrado e madeiras de lei no início da década de 1970 entrou em declínio:

Neste ano (1972) foram vendidos 3.682.018 pés quadrados de madeira de pinho serrado no valor de Cr\$ 4.501,71 e 1713 toros de madeira de lei e qualidade com 969.686 pés quadrados por Cr\$ 895.711,90, somando as exportações um valor total de Cr\$ 5.397.060,61 [...].

Comparando o movimento de 1971 com o de 1972, verificamos que houve uma diferença para menos em 1972 de 3.240.374 pés quadrados de pinho e 519.996 pés quadrados de madeiras de lei, dando por isso, um saldo negativo de cruzeiros de 2.217.835,08.³⁷

No mesmo relatório a diminuição nas exportações é justificada pela “retração do mercado argentino e da diminuição por parte dos sócios, em mandarem madeiras, devido a alguns terem terminado os seus pinheiros e outros terem vendido sua madeira no mercado interno”. E mais adiante aponta também que a diminuição do movimento deve-se à “diminuição também da matéria prima regional que é o pinheiro. – Cada ano que passa diminui o número de associados que exportam por encerrarem suas atividades madeireiras”.³⁸ A cooperativa encerrou as suas atividades na década de 1970, coincidindo com a falta de matéria-prima para exportação.

Algumas considerações finais: rememorar e preservar a relação homem/floresta

O desmatamento desenfreado da região Oeste do estado pode ser inserido na discussão feita por John R. McNeill, pois o que se verifica é exatamente um processo de fronteira que foi responsável pelo desmatamento no sul do Brasil e que, segundo o autor, “é razoavelmente típico das zonas de fronteira da América Latina no século XX”. As três causas apontadas pelo autor são exatamente as que tínhamos verificado no nosso estudo no decorrer dos anos, ou seja:

- a) limpeza da área para agricultura e pecuária, agora em maior escala, pois os habitantes anteriores, caboclos, tinham uma agricultura quase itinerante; agora, os colonos se fixavam na terra em definitivo e passaram a produzir para consumo próprio e para venda;
- b) a utilização do fogo, para o qual, em nossa região de estudo, não existem muitas evidências até o momento, a não ser a prática da coivara e a queima dos restos florestais para uma limpeza da área;
- c) o corte da madeira, que deixamos por último, pois, no nosso entender, foi a pior de todas. O corte de madeira foi uma prática que se acelerou no início do século XX e que está diretamente conectado ao mercado e também aos meios de transporte. Em áreas de alcance das ferrovias para o escoamento da madeira, o processo foi bem

mais acelerado do que em áreas onde não havia este meio de transporte, ou seja, onde o principal meio acabava sendo a via fluvial, o rio Uruguai.

Temos de acrescentar que o processo aconteceu de forma desenfreada por causa da não observação da legislação vigente e do pouco controle dos órgãos governamentais, que, quando estavam presentes, geralmente eram aliados dos empresários madeireiros e colonizadores.

Concordamos com McNeill que as três causas apontadas estão conectadas de forma significativa com a inclusão da região Sul na economia nacional e internacional do início do século XX: “Esta abertura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul significou o desaparecimento de um grande ecossistema peculiar a este canto do mundo.”³⁹

As áreas de florestas brasileiras perderam a sua identidade original no decorrer da história, uma vez que a intervenção humana fragmentou e degradou os ecossistemas. Embora presente, a sucessão florestal está ocorrendo nos fragmentos, porém isso não é suficiente para recuperar a fisionomia original da região. A evolução florestal é um processo dinâmico, o qual envolve tempo-espço e ocorre numa velocidade imperceptível aos nossos sentidos, que se estende por várias gerações humanas. Isso significa não somente a perda da floresta em si, mas de toda a biodiversidade que dela provinha. Assim, observamos que num futuro bem próximo não saberemos mais descrever toda a riqueza que tínhamos e por cuja devastação nós seres humanos fomos os responsáveis. Como historiadores, temos de, pelo menos,

tentar recuperar a história dessa relação homem/floresta e transmitir para as gerações futuras algumas preocupações que devem estar presentes na nossa vida e na das gerações futuras, como a de que a natureza não é, como nossos avós pensavam, “um bem inesgotável e, portanto, não precisava ser preservado”.

A look at the west of Santa Catarina under the bias of environmental history

Abstract

The article discusses aspects of environmental history having as scenery the forests of the West of the State of Santa Catarina. At the beginning of the 20th century, descendants of Italians and Germans migrated from the State of Rio Grande do Sul and settled down in the forests regions of the West of Santa Catarina modifying completely the landscape: the forests gave space to agriculture without reforestation and preservation. The settling companies are deeply related to this process as they were followed by the sawmills, interested mainly in profits, not worrying at all with reforestation. Today, are very few remnants of the *Araucaria angustifolia* forest and seasonal deciduous forest, therefore our commitment as historians is that of writing History, in order to show that nature is not an infinite good, and that it has to be preserved.

Key words: *Araucaria* forests. Migration. Landscape.

End Notes

- ¹ MILLER, Shawn William. *An environmental history of Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 5.
- ² COSTA, A. Ferreira da. *O oeste catarinense - visões e sugestões e um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia., 1929. p. 29.
- ³ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 202.
- ⁴ McNEILL, John R. Observations on the nature and culture of environmental history. *History and Theory*, Middletown, v. 42, n. 4, p. 5-43, dez. 2003. p. 6-9.
- ⁵ MILLER, Shawn William, p. 2.
- ⁶ Idem, p. 5.
- ⁷ CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New England: Hill and Wang, 1989.
- ⁸ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ⁹ DUARTE, R. H. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 41, n. 2, 2005. p. 150.
- ¹⁰ DUARTE, p. 150.
- ¹¹ COSTA, A. Ferreira da, p. 29.
- ¹² LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. Vegetação. In: *Geografia do Brasil – região Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 128.
- ¹³ KLEIN, R. M. Árvores nativas da floresta subtropical do alto Uruguai. *Sellowia. Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”*, Itajaí, v. 24, (9-62)-30 dez. 1972.
- ¹⁴ Para maiores detalhes sobre o tema ver RUSCHEL, A. R. et al. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do alto Uruguai. *Ciência Florestal*, Santa Maria - RS, v. 13, n. 1, p. 153-166, 2003.
- ¹⁵ RUSCHEL, Ademir Roberto. *Avaliação e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do alto Uruguai*. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. p. 5.
- ¹⁶ LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M., p. 123.
- ¹⁷ Para maiores detalhes sobre o processo migratório e a atuação das colonizadoras, ver NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.
- ¹⁸ BELLANI, Eli M. *Madeiras, balsas, balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do*

- Velho Município de Chapecó (1917-1950). Chapecó: Grifos, 1996. Anexo n. 4 – cartas enviadas a Berlim e Zurich pelo colonizador coronel Ernesto Francisco Bertaso.
- ¹⁹ ROHDE, Maria W. *Pioniergeist, der Väter Erbe: Wie eine Frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah*. 2. ed. Nova Petrópolis - RS: Amstad, 1996. p. 120. Tradução livre do doutorando Marcio José Werle.
- ²⁰ Idem, p. 123.
- ²¹ KOELLN, Arno. *Porto feliz: a história de uma colonização às margens do rio Uruguai*. Mondai: Coordenadoria Municipal do Ensino, 1980. p. 48.
- ²² TERNUS, Adolfo Aloísio. *Entrevista concedida a Ademir Ruschel*. Itapiranga, 2001. Acervo: Eunice Sueli Nodari (integrante do Projeto à época).
- ²³ KOELLN, op. cit., p. 26.
- ²⁴ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de promessa de compra e venda n. 1744. Passarinhos, 1º out. 1935. Acervo: Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha - SC.
- ²⁵ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de promessa de compra e venda n. 066. Maravilha - SC, 17 ago. 1976. Acervo: Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha - SC.
- ²⁶ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Dados e confrontações para escritura pública. Comprador: Wilmo de Marchi. Acervo: Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha - SC.
- ²⁷ ROHDE, p. 160.
- ²⁸ Jornal: *A Tribuna*, Cruzeiro/Joaçaba, 19 mar. 1941, p. 1.
- ²⁹ BELLANI, Anexo n. 3.
- ³⁰ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Atravessando limites: o desmatamento no médio Iguazu (1890-1945)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Eunice Sueli Nodari.
- ³¹ CHAPECÓ. Lei n. 29, de 23 de agosto de 1951. Isenção do imposto territorial rural e do imposto sobre exploração agrícola e industrial sobre as empresas colonizadoras. Secretaria de Planejamento Urbano de Chapecó, Leis 1948-1952.
- ³² GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ano de 1940, p. 198-200.
- ³³ SCIREA, Romeu. Entrevista concedida a Lourdes Argenton Marchioro. Chapecó, 29 out. 1987. Acervo CEOM.
- ³⁴ Jornal: *A Voz de Chapecó*, Chapecó, 15 maio 1949.
- ³⁵ Jornal *A Voz de Chapecó*, 10 out. 1941, n. 71, p. 4.
- ³⁶ Jornal: *A Imprensa*, Caçador, 22 jun. 1956, n. 13, p. 6.
- ³⁷ RELATÓRIO da diretoria da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda. Chapecó, 24 mar. 1973. Acervo CEOM.
- ³⁸ Idem
- ³⁹ McNEILL, John R. Deforestation in the araucaria zone of southern Brazil, 1900-1983. In: RICHARDS, John F.; TUCKER, P. Richard (Org.). *World Deforestation in the twentieth century*. Durham: Duke University Press, 1988. p. 19.

Referências bibliográficas

BELLANI, Eli M. *Madeiras, balsas, balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917-1950)*. Chapecó: Grifos, 1996.

CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice S. Civilização e a barbárie nos jornais: o imaginário do verde em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954/2000). *Fênix*, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2008.

_____. A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão - Paraná, 1948-1970. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 269-287, 2007.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Atravessando limites: o desmatamento no Médio Iguazu (1890-1945)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CESCO, Susana. *Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre “progresso” e transformação ambiental*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COSTA, A. Ferreira da. *O oeste catharinense - visões e sugestões e um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia., 1929.

CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New England: Hill and Wang, 1989.

- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DUARTE, R. H. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 41, n. 2, 2005.
- GARAY, Irene; BECKER, Bertha K. *Dimensões humanas da biodiversidade*. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.
- KLANOVICZ, József; NODARI, E. S. *Das araucárias às macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC*. Florianópolis: Insular, 2005.
- KLEIN, R. M. Árvores nativas da floresta subtropical do alto Uruguai. *Sellowia. Anais Botânicos do Herbário "Barbosa Rodrigues"*, Itajaí, v. 24 (09-62)-30 dez. 1972.
- KOELLN, Arno. *Porto Feliz: a história de uma colonização às margens do rio Uruguai*. Mondaí: Coordenadoria Municipal do Ensino, 1980.
- LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto M. *Vegetação*. In: *Geografia do Brasil – região Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- McNEILL, John R. Observations on the nature and culture of environmental history. *History and Theory*, Middletown, v. 42, n. 4, p. 5-43, dez. 2003.
- McNEILL, John R. Deforestation in the Araucaria Zone of Southern Brazil, 1900-1983. In: RICHARDS, John F.; TUCKER, P. Richard (Org.). *World deforestation in the twentieth century*, Durham: Duke University Press, 1988.
- MILLER, Shawn William. *An environmental history of Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.
- RADIN, José Carlos. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaios de monografia natural*. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.
- ROHDE, Maria W. *Pioniergeist, der Väter Erbe: Wie eine Frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah*. 2. ed. Nova Petrópolis: Ams-tad, 1996.
- RUSCHEL et al. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da Floresta Estacional Decidual do Alto Uruguai. *Ciência Florestal*, Santa Maria - RS, v. 13, n. 1.
- RUSCHEL, Ademir Roberto. *Avaliação e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do alto Uruguai*. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- THOMÉ, Nilson. *Ciclo da madeira: história da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do Contestado no século XX*. Caçador: Imprensa Universal, 1995.
- WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região Norte do Rio Grande do Sul 1902-1959*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.
- WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
- _____. *A passion for nature: the life of John Muir*. New York: Oxford University Press, 2008.